

CARTA BRASIL-CHINA

EDIÇÃO 27. DEZEMBRO, 2020 | Organização e Edição: Tulio Cariello e Cláudia Trevisan



ECONOMIA CHINESA DEVE SEGUIR FORTE NOS PRÓXIMOS TRIMESTRES

Fabiana D'Atri



RCEP: UM NOVO DESAFIO À DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS?

Tulio Cariello

O longo prazo e as oportunidades do relacionamento Brasil-China

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

China planeja dominar integralmente as tecnologias verdes

Felipe Augusto Machado

China: uma oportunidade para a relação Brasil-Argentina

Dafne Esteso

Brasil deve bater recorde histórico nas exportações para a China

Tulio Cariello

Patrocínio:



CARTA BRASIL-CHINA

é uma publicação do Conselho Empresarial Brasil-China, que reúne reflexões acerca dos principais tópicos da agenda sino-brasileira, por meio de entrevistas, artigos e análises, cedidas por renomados estudiosos da área, empresários e membros dos governos brasileiro e chinês com experiência prática nas relações bilaterais.



cebc@cebc.org.br
+55 21 3212-4350
www.cebc.org.br

SOBRE O CEBC:

Fundado em 2004, o Conselho Empresarial Brasil-China é uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, uma no Brasil e outra na China, e dedicada à promoção do diálogo entre empresas nos dois países.

O CEBC concentra sua atuação nos temas estruturais do relacionamento bilateral sino-brasileiro, com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente de comércio e investimento entre os países.

O CEBC foi, em 2015, reconhecido oficialmente, no Plano de Ação Conjunta assinado entre o Brasil e a China, como o principal interlocutor dos governos na promoção das relações empresariais entre os dois países. Em 2019, no âmbito da Quinta Reunião Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN), presidida pelos vice-presidentes do Brasil e da China, as partes reconheceram novamente o papel relevante desempenhado pelo Conselho como canal de comunicação com a comunidade empresarial.

PATROCINADOR OFICIAL
DESTA PUBLICAÇÃO:



O Banco Bradesco apresenta produtos e serviços para diferentes perfis de clientes e também atua com a proposta de suprir as demandas de empresas interessadas em estabelecer e estreitar relações comerciais nos mercados brasileiro e chinês. Para isso, o segmento Corporate mantém uma gestão de relacionamento centralizada, oferecendo soluções estruturadas – Tailor Made e de Mercado de Capitais – e gerentes especializados em visões de risco, mercado e setores econômicos. Os atendimentos são exclusivos para que as empresas recebam soluções customizadas de acordo com os negócios realizados. Ao mesmo tempo, as Agências e Subsidiárias no Exterior (Nova York, Londres, Grand Cayman, Luxemburgo, Hong Kong, Buenos Aires e México) têm como objetivo a obtenção de recursos no mercado internacional para repasses a clientes, principalmente por meio de financiamento a operações de comércio exterior brasileiro. Para mais informações acesse o site bradesco.com.br

PRESIDENTE

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

PRESIDENTE EMÉRITO

Embaixador Sergio Amaral

VICE-PRESIDENTES

José Leandro Borges

Diretor do Bradesco

Marcio Senne de Moraes

Diretor de Relações Externas da Vale

Bruno Ferla

Vice-Presidente Institucional, Jurídico e de Compliance da BRF

DIRETORES

André Clark

General Manager da Siemens Energy no Brasil

Luiz Felipe Trevisan

Diretor Corporate & Investment Banking do Itaú BBA

José Serrador Neto

Vice-Presidente de Relações Institucionais da Embraer

Pedro Aguiar de Freitas

Sócio do Veirano Advogados

Reinaldo Guang Ruey Ma

Sócio da TozziniFreire Advogados

Roberto Amadeu Milani

Vice-Presidente da Comexport

DIRETORA DE ECONOMIA

Fabiana D'Atri

Economista Coordenadora do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco

COMITÊ CONSULTIVO

Embaixador Marcos Caramuru de Paiva

Embaixador Paulo Estivallet

Embaixador Sergio Amaral

Ivan Ramalho

Jorge Arbache

Luiz Fernando Furlan

Marcos Jank

Octávio de Barros

Renato Baumann

Tatiana Rosito

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretora Executiva

Cláudia Trevisan

claudia.trevisan@cebc.org.br

Diretor de Conteúdo e Pesquisa

Tulio Cariello

tulio.cariello@cebc.org.br

Analista de Eventos

Denise Dewing

denise.dewing@cebc.org.br

Administração

Jordana Gonçalves

jordana.goncalves@cebc.org.br

Auxiliar Administrativo

Juliana Alves

juliana.alves@cebc.org.br

Estagiária

Camila Amigo

camila.amigo@cebc.org.br

ACOMPANHE O CEBC ONLINE:



SITE



FACEBOOK



YOUTUBE



FICKR



SOUNDCLOUD

ASSOCIADOS 99 Tecnologia ▪ Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) ▪ Alubar ▪ Assistencial Consulting ▪ Banco do Brasil ▪ Banco BOCOM BBM ▪ Banco Bradesco ▪ Banco Itaú BBA ▪ Bayer ▪ BRF ▪ Comexport ▪ CPFL Energia ▪ Embraer ▪ Fundação Dom Cabral (FDC) ▪ GonPetro ▪ Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) ▪ Instituto Inclusartiz ▪ Reynolds Ventures ▪ Siemens Energy ▪ Souto Correa Advogados ▪ Suzano ▪ TozziniFreire Advogados ▪ Vale ▪ Veirano Advogados ▪ Velloza Advogados

O longo prazo e as oportunidades do relacionamento Brasil-China

Por **Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves** *

Em fins de novembro último o Conselho Empresarial Brasil-China promoveu o lançamento do trabalho “**Bases para uma Estratégia de longo prazo do Brasil para a China**”, elaborado pela ministra Tatiana Rosito. Não obstante a referência básica do estudo ser o **longo prazo**, a iniciativa foi particularmente oportuna em face da conjuntura que estamos a viver, cada vez mais acelerada pela persistente pandemia de COVID-19. Como já assinalado em diversas oportunidades, vivemos um momento de transição que apresenta claros elementos de ruptura em relação à ordem internacional que prevaleceu na segunda metade do século XX. Os sintomas dessa mudança já eram claramente perceptíveis no início da década de 90 do século passado: o esfacelamento da União Soviética, a reunificação da Alemanha e a consequente restauração de sua soberania plena, e a efêmera unipolaridade sob a égide dos Estados Unidos contribuíram para a instabilidade que passou a caracterizar o esboço de uma nova ordem internacional. Os atentados de 11 de setembro de 2001 eram outro sintoma da transição, na medida em que explicitaram as vulnerabilidades e os limites do poder

hegemônico, colocando em evidência a instabilidade como característica predominante dos tempos atuais.

Com essas considerações em mente em um mundo com interesses cada vez mais entrelaçados, parece imprescindível discutir a inserção internacional do Brasil e, nesse contexto, as relações com a Ásia em geral e com a China em particular, certamente um polo fundamental de poder neste século XXI. A China vem assumindo nos últimos anos um papel crescente e mais assertivo no cenário internacional, condizente com sua transformação em grande potência econômica. Ele se expressa não somente no peso da China como nação comerciante e investidora, mas também como participante ativa e engajada nas instituições internacionais; crescente fonte de recursos para o financiamento do desenvolvimento e difusora de um modelo de desenvolvimento; promotora da internacionalização da sua moeda, o renminbi; e participante ativo na definição de regras e padrões internacionais.

Cabe assinalar a recente assinatura da *Parceria Econômica Regional Abrangente* (RCEP, na sigla em inglês),



“O nosso desafio é o de saber como lidar com a China tendo em mente, antes de mais nada, uma ideia clara do interesse nacional.”

* Presidente do CEBC. Foi Embaixador do Brasil no Japão, na China e no Paraguai. No Itamaraty, foi Secretário-Geral Adjunto das Relações Exteriores e Diretor-Geral para as Américas. Foi presidente do CEBRI e atualmente é Vice-Presidente Emérito. É Mestre em Economia pelo University College da Universidade de Londres.



“

Tão importante quanto o que o Brasil pode exportar para a China, é o que o Brasil importa ou pode importar da China, e como pode construir canais estáveis e eficientes para absorção de novas tecnologias em que a China oferece liderança crescente.”

que passa a ser o mais amplo acordo comercial multilateral em vigor, reunindo os países da ASEAN e mais cinco nações asiáticas. O conjunto de países que forma a RCEP constitui cerca de um terço da população e da economia mundial. Estima-se que esse acordo contribuirá para acelerar ainda mais o crescimento da China (e da Ásia) e, dado o entrelaçamento de interesses já aludido, alargará ainda mais as janelas de oportunidade para a retomada do crescimento do resto do mundo, Brasil incluído.

O nosso desafio é o de saber como lidar com a China tendo em mente, antes de mais nada, uma ideia clara do interesse nacional. Como ressalta o estudo lançado pelo CEBC, “lidar com a China envolve dinâmicas de cooperação e competição, com complementaridades e assimetrias que remetem o Brasil à necessidade de repensar seu próprio caminho de desenvolvimento. A China desponta cada vez menos como competidora

e ameaça e cada vez mais como inspiração e oportunidade, inclusive de como a ação governamental concertada pode estimular a transformação estrutural e a diversificação econômica. Por suas particularidades, relacionar-se com a China demanda dedicação, paciência e esforços que requerem estratégia de longo prazo. O Brasil também tem muito a oferecer à China e isso é parte importante de uma estratégia.”

“Os resultados do comércio Brasil-China nos últimos anos expressam uma agenda exitosa de complementaridade com poucos paralelos no mundo. Mas também denotam que o Brasil não tem sido capaz de implementar a contento as suas declaradas prioridades nas relações com o principal parceiro comercial - diversificação e agregação de valor à pauta de exportações. A velocidade das transformações e o papel das tecnologias digitais requerem grandes esforços e coordenação se o Brasil quiser se beneficiar da China com agregação

de valor aos seus produtos. Tão importante quanto o que o Brasil pode exportar para a China, é o que o Brasil importa ou pode importar da China, e como pode construir canais estáveis e eficientes para absorção de novas tecnologias em que a China oferece liderança crescente.”

Economia chinesa deve seguir forte nos próximos trimestres

Por Fabiana D'Atri*

A China deve encerrar 2020 com crescimento próximo a 2%. Ainda que o governo não tenha estabelecido uma meta para o PIB deste ano, podemos ter dois parâmetros para avaliar o desempenho até aqui: meta de geração de 9 milhões de empregos urbanos e o potencial de crescimento, entre 5 e 6%. Assim, ao final deste ano, a China terá superado suas expectativas, dado que 10,090 milhões empregos foram gerados até outubro e que o PIB deve crescer cerca de 6-7% no último trimestre deste ano.

Ao longo dos últimos meses, a China tem surpreendido de forma positiva as expectativas, com aceleração na margem do consumo e certa estabilização da oferta, em níveis elevados. Atribuimos essa trajetória de recuperação a dois fatores: controle da pandemia e estímulos. Ainda que o país tenha sido o primeiro epicentro da Covid-19, no início do ano, podemos dizer que foi um dos primeiros a conter a expansão do vírus, com amplo

lockdown no início e, depois, com uma política bastante rigorosa de testagem, rastreamento e controle da entrada de estrangeiros – presente até hoje.

Somado a isso, estímulos foram direcionados às empresas – diferentemente da grande parcela do mundo que destinou recursos às famílias. Com expansão do crédito, empresas puderam passar por esse período de demanda menor e preservaram empregos. Com a larga emissão de títulos de governos locais, o governo ampliou a possibilidade de financiamento a projetos de infraestrutura. Ao mesmo tempo, o mercado imobiliário continuou bastante aquecido, dadas as condições de financiamento. Aqui vale mencionar, contudo, que a taxa de juros não foi reduzida, na contramão do observado no restante do mundo: nesse ciclo de expansão, a China optou por ampliar a oferta de crédito e não necessariamente de reduzir o custo dos recursos. As taxas de captação do sistema financeiro, inclusive, subiram nesse período.

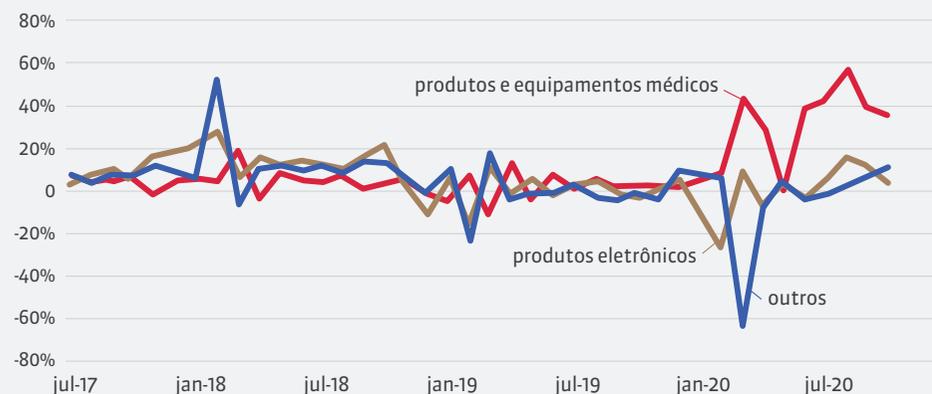


“Com a larga emissão de títulos de governos locais, o governo chinês ampliou a possibilidade de financiamento a projetos de infraestrutura.”

* Fabiana D'Atri é atualmente economista coordenadora do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco. Ela também foi economista do BBI Banco Bradesco de Investimento. Além da experiência no Bradesco, também trabalhou na Mauá Asset Management, na Tendências Consultoria e no Banco Real ABN AMRO. Graduada em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Economia pela Escola de Economia Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV). Sua linha de pesquisa atual é focada na análise de economia chinesa, além do acompanhamento das questões macroeconômicas brasileiras.

Acelerando o processo de retomada, o país contou com a melhora das exportações para impulsionar a economia. Como puderam reabrir antes do restante do mundo – e por que houve esforço expressivo e direcionado para aumentar a produção de bens ligados à pandemia (máscaras, luvas e outros EPI) e ligados à tecnologia (impulsionados pelo aumento do trabalho remoto) – as exportações acumularam crescimento de 0,5% até outubro. Essa melhora, por sua vez, tem sido puxada principalmente pela Área do Euro, que representa 20% das vendas externas chinesas, com crescimento de 4,3% no período.

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES CHINESAS. VARIAÇÃO INTERANUAL

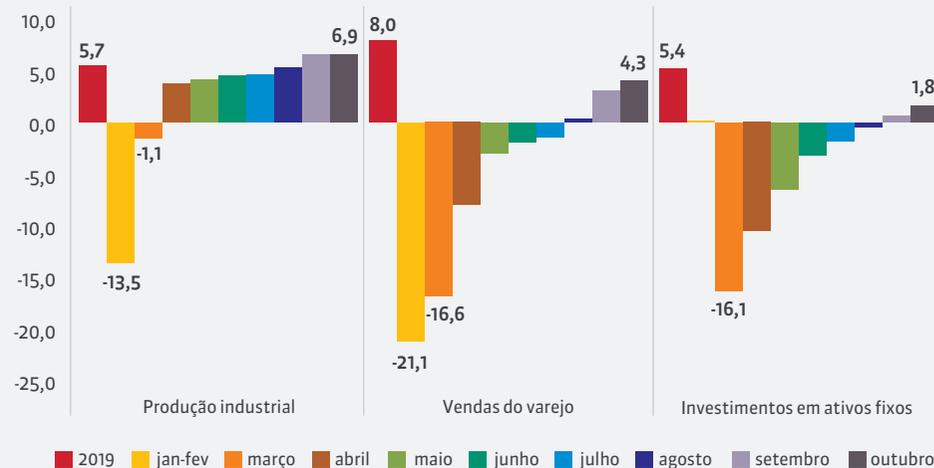


FONTES: CEIC E BRADESCO

Com isso, as demais estatísticas confirmam a retomada. A produção industrial já exhibe expansão superior à observada no pré-pandemia. Os investimentos e o consumo das famílias estão um pouco distantes, mas a velocidade dos últimos meses tem sido notável, ainda mais quando levamos em conta que algumas restrições ao funcionamento do setor de serviços continuam presentes. O PIB cresceu 4,9% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado e entendemos que continuaremos com surpresas positivas por pelo menos mais dois trimestres.

“ O PIB cresceu 4,9% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado e entendemos que continuaremos com surpresas positivas por pelo menos mais dois trimestres.”

GRÁFICO 2 - INDICADORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA. VARIAÇÃO INTERANUAL



FONTES: CEIC E BRADESCO

O crescimento seguirá acelerando por 3 importantes vetores. O primeiro deles se concentra no consumo das famílias. Como os estímulos não foram direcionados à pessoa física, não corremos o risco da desaceleração na saída das transferências, como observamos em outros países (como EUA e Brasil). Não estaremos diante de um *fiscal cliff*. Além disso, o mercado de trabalho segue melhorando e o controle da pandemia continua sendo peça fundamental para manter a confiança ancorada, especialmente no setor de serviços. Outro elemento importante continuará vindo das exportações, que tendem a se normalizar para itens menos relacionados à pandemia, com a retomada da economia mundial. Por fim, ainda que as emissões de títulos dos governos locais tenham acelerado, nem todos esses recursos já foram direcionados a projetos. De fato, há uma defasagem natural entre o levantamento do *funding* e o início das obras. Além disso, atualmente o governo tem liberado projetos mais voltados à tecnologia do que aqueles mais tradicionais de infraestrutura (como ferrovias, aeroportos). Assim, os governos locais continuam desenvolvendo projetos – o que mantém ainda um *pipeline* de obras para os trimestres à frente.

Por outro lado, esperamos algum arrefecimento desse forte ritmo de crescimento em meados do ano que vem. Entendemos que, nesse período, o governo voltará suas

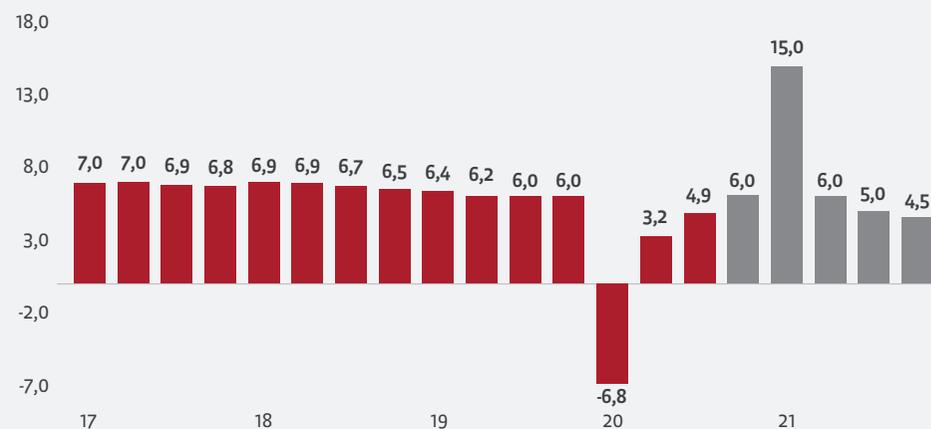
atenções ao equilíbrio do sistema financeiro – como já sinalizado recentemente pela autoridade monetária do país, defendendo a gestão da liquidez e manutenção da alavancagem estável, quando o crescimento ganhar força no próximo ano. De fato, depois da aceleração do crédito de forma contra cíclica no momento da crise, as políticas passarão a ser mais restritivas, com controle do endividamento – política presente nos últimos anos e que foi revertida pelo contexto da pandemia. Outro vetor baixista esperado para o próximo ano deve vir do setor imobiliário. O governo segue atento aos riscos do setor, já tendo adotado medidas mais restritivas às empresas – para conter o aumento do endividamento dessas corporações. As vendas de terras, por exemplo, são um indicativo de que o fluxo de obras à frente deve ser menor, já refletindo essa política mais cautelosa do setor.

Nesse contexto, a moeda chinesa acumula apreciação de quase 6% no ano, intensificada nos últimos meses. Todos os fundamentos, neste momento, sustentam esse movimento: o influxo de capital tem sido justificado pela melhora do saldo comercial, pela redução do déficit da conta de serviços (com queda das viagens internacionais) e pela queda dos investimentos chineses no exterior (em grande medida por restrições dos países receptores). Além disso, as perspectivas mais positivas para o país e o diferencial de juros a favor da China têm favorecido a entrada de capitais e o alívio e/ou a postergação das tensões com os EUA tem permitido que as empresas estrangeiras sigam entendendo o mercado chinês como um *hub* de produção. Parece-nos que o movimento de apreciação já foi significativo e daqui para frente ele tende a ser mais moderado. De todo modo, recentes mudanças promovidas pelo banco central do país (reduzindo o fator contra cíclico na definição do fechamento do preço diário e removendo a taxa de 20% imposta nas operações de compra futura da moeda) indicam alívio dos controles sobre o mercado cambial. Assim, com maior flexibilidade, poderemos observar mais volatilidade, e a tendência de apreciação – dada pelos fundamentos – deve seguir presente.

“ Domesticamente, o esforço da China reside em manter o mercado interno crescendo e se fortalecendo, com foco mais na qualidade do que quantidade e baseado em melhora da renda e da produtividade.”

Em uma perspectiva de médio prazo, a despeito da pandemia, os desafios para a China continuam presentes e concentram-se no ambiente interno e externo. Domesticamente, o esforço do país reside em manter o mercado chinês crescendo e se fortalecendo, com foco mais na qualidade do que quantidade e baseado em melhora da renda e da produtividade (com investimentos maciços em tecnologia e inovação). As tensões com os EUA, por sua vez, não devem desaparecer, mas podem aliviar com a vitória de Joe Biden, que tende a ter uma relação diplomática mais parecida com a do período do Obama. Nesse sentido, espera-se um melhor diálogo, com ambiente menos hostil para os investimentos em ambos os países. De todo modo, a China reconhece o contexto geopolítico global desafiador, com profundos ajustes na distribuição de poderes e, assim, manterá seus esforços em sinalizar para o restante do mundo que é uma fonte de oferta segura e deverá intensificar seu movimento de abertura, com destaque para o mercado financeiro. Essas foram inclusive as mensagens da agenda dos próximos anos do país, pensando no Plano Quinquenal para 2021 a 2025 e, principalmente, nas metas ambiciosas para o horizonte até 2035, com destaque para a independência tecnológica - ocupando o lugar de líder global em inovação -, e as questões ambientais.

GRÁFICO 3 - PIB REAL. VARIAÇÃO INTERANUAL



FONTES: CEIC E BRADESCO

RCEP: um novo desafio à diversificação das exportações brasileiras?

A Parceria Econômica Regional Abrangente, que une a China e 14 países da Ásia-Pacífico, possibilitará maior redução de tarifas e simplificação de regras de origem. Sem impactos imediatos para o Brasil, acordo poderá dificultar competitividade de setores específicos da agroindústria.

Por **Tulio Cariello** *

Nem mesmo rivalidades históricas e o crescimento da animosidade entre Pequim e os vizinhos foi capaz de frear a assinatura do tratado de criação da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, na sigla em inglês). A princípio, o acordo deixa em segundo plano o atual clima de desconfiança - como no caso da escalada de tensões políticas entre China e Austrália - e estabelece uma visão pragmática do desenvolvimento econômico regional entre 15 países da Ásia-Pacífico.

Além da China, o tratado inclui os dez membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Após quase uma década de negociações, a assinatura da RCEP é um passo importante para a criação do maior bloco de livre comércio do mundo. Os integrantes respondem por 30% do PIB global e somam quase um terço da po-

pulação mundial, com participação de 28% no comércio internacional, de acordo com dados de 2019. Parte das negociações iniciais, a Índia deixou as tratativas no ano passado, por temer que o acordo pudesse desequilibrar de forma negativa sua balança comercial. É importante notar que esse momento de consenso, mesmo que um importante passo inicial, não tem efeitos práticos, uma vez que a assinatura do acordo ainda precisará ser ratificada oficialmente pelos respectivos governos.

Os países associados já têm fortes laços comerciais e acordos de livre comércio em vigor, mas o tratado é considerado relevante pois possibilitará uma redução ainda maior de tarifas e cotas, flexibilização das regras de origem, diminuição de barreiras não-tarifárias e novos impulsos ao comércio eletrônico. Essas medidas, além de facilitar o fluxo de mercadorias, também favorecerão a atratividade de investimentos externos para a região. Com foco em



“Os países associados já têm fortes laços comerciais e acordos de livre comércio em vigor, mas o tratado é considerado relevante pois possibilitará uma redução ainda maior de tarifas e cotas, flexibilização das regras de origem, diminuição de barreiras não-tarifárias e novos impulsos ao comércio eletrônico.”

* Tulio Cariello é Diretor de Conteúdo e Pesquisa do CEBC. É organizador e editor do periódico Carta Brasil-China e autor de diversas publicações sobre investimentos chineses no Brasil. Em 2018, participou do programa Young Sinologists na Chongqing Normal University, na China. É formado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

ações prioritariamente comerciais, o acordo não ambiciona, por hora, incluir elementos ligados a temas mais sensíveis, como questões ambientais e trabalhistas.

A criação da RCEP se dá em um momento singular no sistema internacional, não apenas por conta da retração do comércio global e do aumento do protecionismo gerados pela pandemia. O afastamento dos Estados Unidos dos debates multilaterais, somado à ascensão regional da China, também são elementos fundamentais para compreender as possíveis implicações desse novo acordo.

Durante a administração Obama, os Estados Unidos criaram, junto com onze nações, as bases para um acordo com objetivos gerais muito semelhantes aos da RCEP – a Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês) – com intuito de eliminar barreiras comerciais e facilitar investimentos. Ao mesmo tempo, a TPP atuaria como um meio de contenção da crescente influência da China na região, já que o país estava excluído do tratado. Com a eleição de Donald Trump, Washington anunciou sua retirada do acordo. Os membros restantes mantiveram as negociações para levar em frente a parceria.

Repaginada, a TPP passou a se chamar Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífico (CPTPP, na sigla em inglês), que engloba um mercado de quase 500 milhões de pessoas e cerca de 13% do PIB mundial, incluindo Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietnã.

CHINA AUMENTA SUA INFLUÊNCIA NA ÁSIA-PACÍFICO APÓS PERÍODO DE AFASTAMENTO DOS EUA

A criação da RCEP e a saída dos americanos da TPP exclui Washington de dois grupos comerciais que abrangem uma das regiões com crescimento mais pujante da atualidade, ao mesmo tempo que afasta ainda mais os Estados Unidos da Ásia-Pacífico, abrindo espaço para o desenvolvimento das relações da China com seu entorno geográfico. Nesse sentido, a parceria favorece Pequim, que fortalecerá sua posição como bastião do multilateralismo e da globalização, ao mesmo tempo que dará ao país maior poder de influência sobre as regras do acordo. Para os demais membros, a parceria deve garantir um arcabouço jurídico comum, que evitará as desvantagens provenientes da assimetria de estágios de desenvolvimento econômico dos países signatários.

Declarações de mandatários dos países integrantes da RCEP indicam otimismo. A **ASEAN** ressaltou que a parceria facilitará a expansão do comércio e investimento regionais, com base em um sistema de comércio multilateral aberto, inclusivo e baseado em regras. O primeiro-ministro da China, **Li Keqiang**, afirmou que a assinatura é “uma vitória do multilateralismo e do livre comércio”, enquanto **Yoshihide Suga**, primeiro-ministro do Japão, disse que “encorajar o livre comércio é ainda mais importante agora, que existe uma depressão da economia global e há sinais de países voltando-se para



O primeiro-ministro da China, Li Keqiang, afirmou que a assinatura é ‘uma vitória do multilateralismo e do livre comércio’.”

dentro”. Na mesma linha, o premiê do Vietnã, **Nguyen Xuan Phuc**, comentou que a parceria criará “uma nova estrutura comercial na região, permitindo a facilitação do comércio sustentável, revitalizando a oferta de cadeias interrompidas pela COVID-19 e auxiliando na recuperação pós-pandemia”. O ministro do comércio da Austrália, **Simon Birmingham**, declarou que o país está “comprometido em ratificar totalmente a RCEP o mais rápido possível para que os agricultores, empresas e investidores australianos possam começar a acessar os benefícios do acordo”.

Sem dúvida uma vitória para a China – sobretudo em seu discurso de política externa -, a RCEP lança um novo desafio a Washington, que sob a liderança de Joe Biden precisará rever seu papel na Ásia-Pacífico. Mesmo sendo corresponsável pela criação da finada TPP na gestão Obama, da qual Biden era vice-presidente, é incerto se o democrata terá interesse em retornar à iniciativa. Da mesma forma, dificilmente retirará as sanções impostas por Trump à Pequim de maneira automática. A crescente rivalidade entre Estados Unidos e China, as inúmeras consequências da guerra comercial, o acirramento da disputa tecnológica e questões de direitos humanos e propriedade intelectual devem manter a tensão entre as duas potências no centro da política externa americana. De todo modo, é esperado que Biden busque alguma forma de aumentar o engajamento dos Estados Unidos na região de modo a conter o irrefreável avanço chinês.



A criação da RCEP e a saída dos americanos da TPP exclui Washington de dois grupos comerciais que abrangem uma das regiões com crescimento mais pujante da atualidade.”

“

Enquanto observamos de longe o desenvolvimento das relações comerciais da China com seus vizinhos, deixamos de aproveitar um mercado cada vez mais exigente e sofisticado, disposto a pagar preços elevados por produtos agrícolas com alto grau de valor agregado.”



A PARCERIA ECONÔMICA REGIONAL ABRANGENTE E O BRASIL

Ainda que os detalhes técnicos da RCEP não estejam oficializados, é possível que a parceria reduza os custos de bens fabricados na zona do acordo, na medida em que haveria maior liberdade de fluxo de mercadorias intra-bloco, favorecendo a competitividade de produtos que o Brasil compra da região, como manufaturados e insumos industriais. Setores como equipamentos de telecomunicações, por exemplo, têm 85% das importações nacionais com origem em países da RCEP. No caso específico da China, entre janeiro e novembro deste ano, 99,5% das compras vindas do país foram compostas por produtos da indústria de transformação - a grande maioria representada por insumos industriais de áreas como eletrônicos, químicos, maquinário e têxteis. Em tese, as consequências disso poderão ser sentidas em

menores preços praticados no mercado brasileiro nas importações desses setores, o que, por outro lado, pode despertar novas ondas de protecionismo por parte da indústria nacional.

Na área de exportações, o avanço do desenvolvimento de acordos existentes ou a criação de novos tratados no setor agrícola entre a China e os demais membros da RCEP poderiam exercer novas pressões sobre a diversificação das vendas brasileiras para o país asiático.

De fato, alguns setores não sofrerão com o acordo, como no caso da soja. Entre janeiro e outubro de 2020, as vendas da oleaginosa respondem por quase 70% de toda a pauta agroexportadora direcionada ao país asiático, e nenhum grande concorrente do Brasil nesse mercado se encontra sob jurisdição da RCEP. A dinâmica das importações do grão pela China é dominada por um número reduzido de países com envergadura para fornecer grandes

volumes, incluindo Brasil, Estados Unidos e, em menor escala, Argentina, formando um cenário que dificilmente será alterado nos próximos anos.

Por outro lado, o Brasil pode ter novos desafios em áreas específicas. No segmento de carne bovina, o país enfrenta a concorrência da Austrália, que além da proximidade geográfica com o parceiro asiático, já conta com diálogos para reduzir tarifas no contexto do Acordo de Livre Comércio China-Austrália. Mesmo com barreiras recentes impostas por Pequim à carne australiana por conta de fatores sanitários ou interferências políticas, o fato é que as negociações do setor podem se beneficiar com a ratificação da parceria.

Na mesma linha, segmentos em que produtores brasileiros começaram a ingressar recentemente no mercado chinês - como laticínios e frutas - também poderão sofrer com o aumento da competitividade de membros do bloco. Os países da ASEAN, Austrália e Nova Zelândia detêm, juntos, cerca de 55% do mercado chinês de importação de frutas, ou seja, já contam com presença consolidada no gigante asiático e poderão prosperar ainda mais. O mesmo acontece com o setor de lácteos, no qual produtores neozelandeses já respondem por mais de 50% das importações chinesas.

A evolução da RCEP, que seguramente beneficiará concorrentes brasileiros, deveria ser acompanhada com atenção pelas lideranças nacionais. Enquanto observamos de longe o desenvolvimento das relações comerciais da China com seus vizinhos, deixamos de aproveitar um mercado cada vez mais exigente e sofisticado, disposto a pagar preços elevados por produtos agrícolas com alto grau de valor agregado. O sucesso do acordo é mais um fator que pesará contra o avanço do Brasil na hierarquia das cadeias globais de valor.

China planeja dominar integralmente as tecnologias verdes

Estado chinês identificou uma janela de oportunidade para dominar tecnologias estratégicas ainda não plenamente desenvolvidas e mobilizou o país para aproveitá-la. Protagonismo já alcança praticamente todos os elos das cadeias produtivas.

Por Felipe Augusto Machado*

O Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, **surpreendeu o mundo** em setembro ao anunciar que, em 2060, o país pretende atingir a neutralidade de carbono, ou seja, zerar o nível de emissões líquidas do poluente. Mais de 60 países já prometeram atingir a neutralidade de carbono por volta de 2050, mas o sucesso de nenhum deles será comparável ao da China, que responde sozinha por 28% das emissões mundiais. A declaração vem na esteira de várias políticas adotadas pelo governo chinês nos últimos anos para acelerar a transição de sua estrutura produtiva para um modelo menos dependente de combustíveis fósseis.

De certo modo, não deveria surpreender a guinada ambientalista do país, que registra seguidamente um dos **piores índices de qualidade do ar nas suas grandes cidades**, com forte impacto no meio-ambiente e na saúde pública. No entanto, usualmente se considera que pode haver um custo de oportunidade entre a redução das emissões de poluentes e o crescimento econômico, pelo

menos no curto prazo. Assim, em um país que estabelece metas de crescimento como forma de garantir estabilidade social e política, uma mudança brusca nas políticas ambientais poderia comprometer esses objetivos. Segundo o *China Statistical Yearbook*, o consumo de combustíveis fósseis, em particular o carvão, ainda é muito mais representativo do que o de energias renováveis, embora tenha havido um aumento da participação dessas últimas ao longo do tempo.

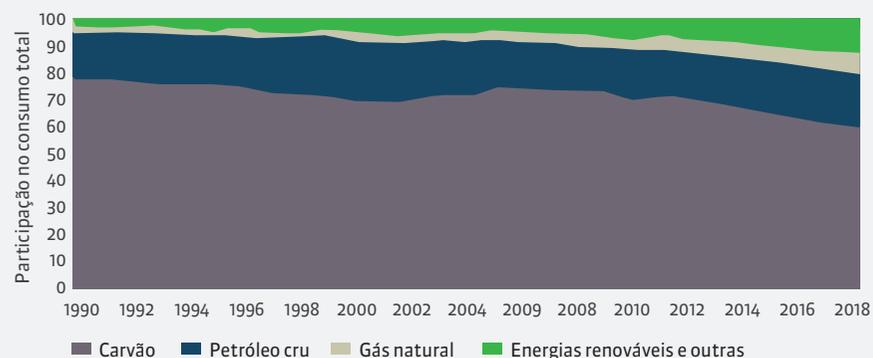
O que a declaração de Xi Jinping, as políticas mais recentes e os **planos de longo prazo** demonstram é que, para além das questões de saúde pública e do meio-ambiente, também há uma preocupação crescente na China com o domínio das tecnologias que serão estratégicas em um mundo mais comprometido com a redução do consumo de combustíveis fósseis. Tal visão se fortaleceu ainda mais com a disputa comercial e tecnológica entre os EUA e a China, em que o governo americano restringiu o acesso de várias empresas chinesas a tecnologias consi-



“Mais de 60 países já prometeram atingir a neutralidade de carbono por volta de 2050, mas o sucesso de nenhum deles será comparável ao da China, que responde sozinha por 28% das emissões mundiais.”

* Felipe Augusto Machado é internacionalista, especialista em planejamento e estratégias de desenvolvimento, mestre em políticas públicas e desenvolvimento pelo IPEA e pertence à carreira de especialistas em políticas públicas e gestão governamental.

GRÁFICO 1 - CONSUMO DE ENERGIA POR PROCEDÊNCIA



“

Há uma preocupação crescente na China com o domínio das tecnologias que serão estratégicas em um mundo mais comprometido com a redução do consumo de combustíveis fósseis.”

deradas indispensáveis para diversos setores de ponta. Consequentemente, reforçou-se o entendimento entre os líderes chineses de que a busca por autonomia tecnológica deveria se tornar prioridade.

Assim, ao longo da última década, as chamadas tecnologias verdes passaram a ocupar um espaço cada vez mais importante nas políticas de desenvolvimento do governo chinês. Dentre elas, ganharam particular destaque os veículos elétricos, as turbinas eólicas e os painéis solares. Cada um deles possui suas próprias particularidades, como estruturas de mercado e gargalos tecnológicos, mas todos receberam volumosos subsídios do Estado chinês. O *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), por exemplo, **estimou que** pelo menos US\$ 100 bilhões foram concedidos na última década para o setor de veículos elétricos - valor subestimado por não incluir subsídios indiretos, como a concessão de terras a preços baixos. Com base nos dados oficiais do Ministério das Finanças chinês, a *Bloomberg* **apurou que** cerca de US\$ 73 bilhões foram concedidos para o setor de energias renováveis desde 2013, em sua grande maioria para as energias solar e eólica. Todo esse

apoio governamental gerou um elevado número de fabricantes, pois reduziu o custo dos investimentos nesses setores emergentes, que se caracterizam por serem arriscados e apresentarem retornos incertos e de longo prazo. Estimativas apontam para a existência de algumas dezenas de fabricantes em cada um desses setores. O mencionado estudo da CSIS, por exemplo, identificou pelo menos 119 produtores de veículos elétricos.

Por um lado, essas políticas foram bem-sucedidas em criar uma indústria doméstica onde ela não existia, levando o país ao topo da produção mundial destes produtos. O *think tank* Macropolo **estimou em 53%** a participação dos veículos elétricos chineses nas vendas mundiais em 2019. O *Global Wind Energy Council* **apurou que** a China foi responsável por 44% da adição de capacidade instalada de energia eólica em terra (*onshore*) e por 37% em alto-mar (*offshore*) no mundo em 2018, basicamente por meio de compras governamentais. **Dos 10 maiores produtores globais de turbinas eólicas, 6 são chineses.** Por fim, segundo a Agência de Energia Internacional, a China produziu mais de 60% dos painéis solares mundiais em 2018, sendo que as quatro maiores

produtoras do mundo em 2019 **eram chinesas.** Essas inúmeras empresas vêm acumulando aprendizado produtivo e descobrindo soluções tecnológicas para a fabricação dos bens em questão.

Por outro lado, essas políticas são custosas, sobretudo em um contexto de agravamento da situação fiscal na China no âmbito dos governos subnacionais. Ademais, a fragmentação em vários produtores tem começado a preocupar o governo, porque os fabricantes precisam de escala para reduzir custos, aumentar a eficiência e competir de igual para igual com as empresas estrangeiras. Espera-se assim uma **redução significativa dos subsídios** e um movimento no sentido do aumento da concentração de mercado nos próximos anos, inclusive com estímulos estatais.

A determinação e o *modus operandi* do Estado chinês não se limitam aos bens finais. Para viabilizar o domínio das tecnologias verdes, a China também voltou a sua atenção para os demais elos das cadeias produtivas. Um bem intermediário estratégico para o sucesso dos produtos mencionados acima são as baterias elétricas, que representam quase um terço do custo total de um veículo elétrico e são cruciais para a **armazenagem de energias intermitentes** como a solar e a eólica. Assim, diversos países têm percebido que a viabilidade da transição para as tecnologias verdes dependerá da redução de custos e da superação de gargalos tecnológicos, com o objetivo de aumentar a capacidade das baterias atuais.

Os chineses também vêm se destacando nesse setor. A empresa chinesa CATL já é a maior fabricante mundial de baterias elétricas e, **das 10 maiores produtoras mundiais, 7 são chinesas.** A combinação de generosos subsídios aos veículos elétricos com o fechamento do mercado para estrangeiros catapultou esses fabricantes de baterias em poucos anos. Em 2021, **segundo projeções da**

Bloomberg, 70% das baterias mundiais serão produzidas na China. Da mesma forma, espera-se nos próximos anos uma redução dos subsídios e do número de empresas no mercado chinês, que contabilizava **quase 100 produtores em 2017**. A CATL, aliás, parece ilustrar bem as vantagens dos ganhos de escala. Com sua estrutura inspirada na Huawei, gigante da produção de equipamentos de telecomunicação e pivô da guerra tecnológica com os EUA, a CATL adquiriu tamanho relevante, o que tem viabilizado mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento, inclusive em **novas rotas tecnológicas**.

O avanço chinês alcança também as demais partes e peças que fazem parte dos veículos elétricos. Os subsídios têm como contrapartida regras de conteúdo local com **percentuais elevados (80% em 2019)**. A consequente construção de uma extensa cadeia de fornecimento no país levou a mais avançada produtora de veículos elétricos do mundo, a americana Tesla, a construir uma mega fábrica em Shanghai. **O próprio CEO da Tesla afirmou que “o apoio do governo chinês para a indústria, as empresas locais inovadoras e os consumidores que estão adotando novas tecnologias tornam a China o melhor mercado para veículos elétricos”**. Em 2019, a planta de Shanghai havia adquirido 50% das suas partes e peças de fornecedores locais. **Em 2020 aumentou para 70%**. Especialistas preveem que é questão de tempo para que um automóvel da Tesla seja **100% chinês**.

“

O think tank Macropolo estimou em 53% a participação dos veículos elétricos chineses nas vendas mundiais em 2019.”

“

Segundo a Agência de Energia Internacional, a China produziu mais de 60% dos painéis solares mundiais em 2018, sendo que as quatro maiores produtoras do mundo em 2019 eram chinesas.”



O domínio desses elos mais intensivos em tecnologia poderia ser comprometido, contudo, caso o acesso às matérias-primas cruciais para a fabricação destes bens não estivesse garantido. Talvez em nenhum outro setor isso fique tão claro quanto na produção de terras raras, minérios cruciais para diversos produtos de alta tecnologia, incluindo os veículos elétricos, as turbinas eólicas e os painéis solares mencionados. Na realidade, esses elementos não são particularmente raros, mas tendem a estar muito dispersos geograficamente e são de difícil processamento, o que raramente torna lucrativa sua produção.

Mais uma vez, **a visão e o apoio do governo chinês fizeram a diferença**. Terras raras são consideradas estratégicas e recebem estímulos no país desde os anos 1990. Produtores chineses, majoritariamente estatais, dominam cerca de 80% do mercado internacional. Nesse contexto, a dependência dos minérios chineses acendeu o alerta e fez os EUA recentemente elaborarem **uma estratégia para estimular a produção desses minerais**. Do outro lado, quando a guerra comercial entre os dois países se iniciou, **foi uma fábrica de ímãs de terras raras que Xi Jinping visitou** para mostrar força diante dos

americanos. Por fim, a China também controla minérios que não possui em quantidade suficiente em seu subsolo. Com a aquisição de minas da América do Sul à Austrália, passando pela África, já se tornou **a maior produtora mundial de lítio e de cobalto**, fundamentais para a produção de suas baterias.

Todos esses elementos não deixam dúvidas de que o crescente protagonismo chinês em praticamente todos os elos das cadeias produtivas das tecnologias verdes não se deu por acaso. O Estado chinês identificou uma janela de oportunidade para dominar tecnologias estratégicas ainda não plenamente desenvolvidas, uma raridade para países em desenvolvimento, e mobilizou o país para aproveitá-la. De quebra, deve mitigar os graves problemas de saúde pública e de deterioração do meio-ambiente que surgiram como efeito colateral do crescimento econômico sem precedentes do país nas últimas décadas. Os desafios ainda são imensos, mas neste momento quem tem mais motivos para se preocupar são seus concorrentes.

China: uma oportunidade para a relação Brasil-Argentina

Por Dafne Estesó*

A importância que a China adquiriu nas últimas décadas, bem como as possibilidades criadas para a Argentina e a região provenientes da crescente presença internacional do país asiático, tornam necessário compreender o estágio atual do processo de desenvolvimento chinês. Hoje, sob o mandato de Xi Jinping, o “sonho chinês” de recuperar seu passado glorioso no quadro da institucionalidade do Partido Comunista está na pauta do dia. A *Belt and Road Initiative*, ou Nova Rota da Seda, lançada por Xi em 2013, deve ser lida nesse sentido. Com a China no centro, trata-se da reformulação da geopolítica asiática, da consolidação de sua influência global, bem como do maior controle territorial chinês e da superação das assimetrias dentro do próprio Estado, por meio de grandes investimentos em infraestrutura, portos, trens, navios, gasodutos e corredores bioceânicos.

A exportação e a saída de capital chinês são necessárias para a continuada melhoria das condições de vida de sua população. Essa nova etapa do modelo de crescimento do país se depara com uma classe média urbana ávida por consumir produtos cada vez mais sofisticados,

“

O capital chinês e as tecnologias elaboradas no país se desenvolveram e têm uma forte necessidade de “ir para fora” (走出去, zǒu chūqù). E isso inclui, sem dúvida, a Argentina e a região, com as quais há décadas os laços com a China se fortalecem.”

cujos padrões vêm se elevando em termos de qualidade e benefícios à saúde, como no caso dos alimentos. Por sua vez, o capital chinês e as tecnologias elaboradas no país se desenvolveram e têm uma forte necessidade de “ir para fora” (走出去, zǒu chūqù). E isso inclui, sem dúvida, a Argentina e a região, com as quais há décadas os laços com a China se fortalecem. A nova etapa do desenvolvimento chinês é uma oportunidade para diversifi-



car, aprofundar e consolidar antigos e novos horizontes.

A relação entre Argentina e China passou por profundas transformações. Como corolário, cabe citar primeiramente a Associação Estratégica, firmada em 2004, e a Associação Estratégica Integral, assinada em 2014. Com isso, a China consolidou sua parceria econômica com a Argentina, fortalecendo e diversificando os laços bilaterais.

* Dafne Estesó é formada em Ciência Política (Universidade de Buenos Aires-UBA), com mestrado em Negócios e Relações Internacionais (UdeSa-FLACSO-UB) e em Administração Pública (Universidade Normal de Beijing - BNU). Especialista em China contemporânea, relações bilaterais e financiamento chinês para o desenvolvimento e risco político. Trabalha desde 2006 na gestão pública em diversas áreas de cooperação internacional e financiamento externo da Administração Pública Nacional da República da Argentina. É membro do Grupo de Estudo de América Latina Shi Jian (世见) e da Equipe de Pesquisa de Desenvolvimento de Assuntos Globais (UBA). Além disso, é pesquisadora externa do Centro de Estudos Argentina-China (CEACh) na UBA, vice-presidente da ADEBAC (Associação de ex-bolsistas Argentina-China) e consultora do CLEPEC (Centro Latino Americano de Estudos Políticos e Econômicos sobre China).

A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO CHINA-ARGENTINA

No plano comercial, a China tornou-se recentemente o principal parceiro do país, substituindo o Brasil, que historicamente ocupava essa posição. No entanto, a Argentina tem, desde 2008, um déficit na balança comercial com o gigante asiático. O intercâmbio bilateral passou de cerca de US\$ 2,1 bilhões em 2000 para US\$ 16,5 bilhões em 2018, segundo dados do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC). Atualmente, as exportações argentinas para a China concentram-se principalmente em produtos agrícolas. Tradicionalmente, cerca de 50% das vendas são de soja destinada à alimentação animal - essencialmente para a suinocultura -, enquanto carne bovina, miudezas de frango, lula e camarões vêm ganhando espaço no comércio bilateral. Além disso, nos últimos anos, têm-se destacado acordos e protocolos fitossanitários, que não surgem da noite para o dia, mas demoram a ser negociados e regulamentados. Com isso, a ampliação de mercados para exportação nos últimos anos tem permitido a entrada de alimentos em setores em que há aumento da demanda chinesa.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DA ARGENTINA PARA A CHINA EM 2018 E 2019 (US\$ MILHÕES)

Produto	2018		2019		Variação
	Valor	Participação	Valor	Participação	
Soja em grãos	1,313	33%	3,013	47%	129%
Carne bovina desossada	871	22%	1,997	31%	129%
Camarões e lagostins	336	9%	266	4%	-21%
Carnes e miudezas de frango	105	3%	198	3%	88%
Óleo de soja	114	3%	162	3%	42%
Lulas	101	3%	117	2%	15%
Óleo de amendoim	53	1%	98	2%	84%
Cortes de carne bovina	0	0%	60	1%	-
Tabaco seco	44	1%	47	1%	8%
Outros	1,002	25%	419	7%	-58%
TOTAL	3,94	100%	6,377	100%	62%

FONTE: INDEC



No plano comercial, a China tornou-se recentemente o principal parceiro da Argentina, substituindo o Brasil, que historicamente ocupava essa posição.”

Entre os principais parceiros comerciais da Argentina, as exportações para a China foram as que mais cresceram. No ano passado, 783 empresas enviaram produtos ao país asiático - 87 a mais que em 2018. Em 2019, de acordo com informações do INDEC, enquanto as exportações argentinas para Índia e Vietnã cresceram 35% e 34%, respectivamente, as vendas externas para a China aumentaram 57%, na comparação com o ano anterior.

Finalmente, no contexto da janela de oportunidade em matéria de exportações, vale destacar a presença da Argentina como convidada de honra na terceira *China International Import Expo* (CIIE) 2020, na qual participaram 40 empresas do setor de alimentos e bebidas. Além disso, mais de 20 empresas exportadoras de vinho argentinas realizaram reuniões de negócios virtuais com quase 40 compradores chineses.

Em âmbito global, o presidente chinês, Xi Jinping, espera que a China importe US\$ 22 trilhões na próxima década. “O vasto mercado chinês é o mais promissor do mundo”, disse em seu discurso de abertura na CIIE.

CHINA EMERGE COMO PROVEDOR ESSENCIAL EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Nos últimos anos, a China emergiu como um provedor essencial de financiamento para projetos de infraestrutura. A abordagem oferecida pelo país asiático difere fundamentalmente daquela adotada por agências e países “tradicionais”, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) ou os Estados Unidos, Europa, Japão, etc. Nesse sentido, destaca-se que os empréstimos da China não contemplam condicionalidades controversas tipicamente vinculadas à política macroeconômica. Pelo contrário, se destacam pela não ingerência nos assuntos internos. Se há uma condicionalidade, em qualquer caso, ela está vinculada a uma base mínima de exportação de capitais e componente chinês nos projetos. Outra característica interessante é que, por exemplo, para projetos relacio-

nados à área de energia, seu mecanismo de reembolso inclui a própria energia produzida depois de concluída sua execução. Por fim, os financiamentos chineses tendem a assumir riscos e margens de prazos mais elevados, dada a natureza dos projetos de infraestrutura que apoiam.

No caso da Argentina, destaca-se o potencial mantido pelo segmento de infraestrutura, como na diversificação da matriz energética - incluindo energias limpas, renováveis e nucleares, além de transporte, logística, portos -, sendo uma das áreas em que os investimentos chineses podem contribuir para a modernização do setor, não só na Argentina, como também em muitos países da América do Sul.

Especificamente, como resultado do *Convenio Marco de Cooperación en Materia Económica y de Inversiones* (assinado em 2014 e aprovado pela Lei nº 27.122), firmado entre os dois países, três projetos com financiamento chinês estão em andamento na Argentina: represas do Rio Santa Cruz *Cóndor Cliff* e *La Barrancosa* (Represas do sul Néstor Kirchner y Carlos Cepernic); reabilitação da estrada de ferro *Belgrano Cargas*; e a instalação do parque solar fotovoltaico *Cauchari I, II e III*.

O caso das barragens é de vital relevância por se tratar das duas maiores represas construídas pela empresa chinesa *Gezhouba Group Corporation* fora da China. Por sua vez, a recuperação de vagões, carris e materiais diversos do corredor norte da

Argentina ao longo da linha ferroviária *Belgrano Cargas* por parte da empresa *China Machinery Engineering Corporation* (CMEC) resultará, sem dúvida, no desenvolvimento - por muito tempo adiado - da região. Ambos os projetos são financiados pelo Banco de Desenvolvimento da China.

Por sua vez, os painéis solares localizados nas terras altas da província de Jujuy constituem os três maiores parques fotovoltaicos da América Latina, cujo financiamento vem do *EXIM Bank of China*. A Argentina recebeu financiamento de bancos chineses para projetos de infraestrutura que somam US\$ 7,3 bilhões desde 2014. Ao todo, são exemplos categóricos de diplomacia financeira que resulta em infraestrutura para a diversificação da matriz energética do país e em múltiplos investimentos para o desenvolvimento, que caminham lado a lado com a política de estímulo da China ao setor empresarial e financeiro local.

Além do comércio bilateral e do financiamento ao desenvolvimento, acrescenta-se a **renovação do acordo de swap de moedas** entre os Bancos Centrais dos dois países no valor de 130 bilhões de yuans, em termos de cooperação financeira. Selado em agosto deste ano, foi certamente o primeiro marco da gestão de Alberto Fernández. O segundo é, sem dúvida, a **aprovação da adesão ao Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura** (BAII), recentemente regulamentada em termos legais.



“ No caso da Argentina, destaca-se o potencial mantido pelo segmento de infraestrutura, como na diversificação da matriz energética, sendo uma das áreas em que os investimentos chineses podem contribuir para a modernização do setor, não só na Argentina, como também em muitos países da América do Sul.”

OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE CHINA, ARGENTINA E BRASIL

Argentina e Brasil configuram um caso emblemático de transição de uma relação de rivalidade e competição para um vínculo de amizade, que poderia se situar com os acordos nucleares que foram estabelecidos em 1991, com a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABBAC)¹, e com a consagração do Mercosul, também em 1991. É uma relação que poderíamos caracterizar como estratégica, pela identidade comum, confiança, visão de longo prazo e multidimensionalidade, embora isso não aconteça de forma linear ao longo do tempo.

“

O recrudescimento do confronto e da disputa tecnológica entre China e Estados Unidos gera efeitos centrífugos na região, especialmente entre o Brasil - cujo alinhamento com Trump é reforçado por Bolsonaro – e a Argentina, que conserva certa margem de autonomia entre as duas potências.”

Recentemente, e apesar disso, a política externa dos dois países parece estar tomando rumos diferentes no que tange o relacionamento com a China. O recrudescimento do confronto e da disputa tecnológica entre China e Estados Unidos gera efeitos centrífugos na região, especialmente entre o Brasil - cujo alinhamento com Trump é reforçado por Bolsonaro e um *establishment* local que apoia o republicano – e a Argentina, que conserva certa margem de autonomia entre as duas potências e é, antes de mais nada, pragmática.

As novas estratégias de sustentabilidade e economia circular (*dual circulation*) apresentadas pelo Partido Comunista da China representam uma oportunidade para expandir nossas relações econômicas, cuja característica essencial é a complementaridade. Uma coordenação mútua que evite tendências de aprofundamento

da primarização regional e dissociação econômica das economias vizinhas é essencial como uma visão de médio e longo prazo. Dependerá de nossa parte que o relacionamento com a China nos encontre mais próximos. É uma janela de oportunidade.

“

Uma coordenação mútua que evite tendências de aprofundamento da primarização regional e dissociação econômica das economias vizinhas é essencial como uma visão de médio e longo prazo. Dependerá de nossa parte que o relacionamento com a China nos encontre mais próximos.”



1. Brasil e Argentina firmaram o Acordo de Guadalajara para o Uso Exclusivamente Pacífico de Energia Nuclear (Acordo Bilateral) em que, dentre outras medidas, criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, dedicada a aplicar e gerir o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

Brasil deve bater recorde histórico nas exportações para a China

Puxadas por produtos como soja, minério de ferro e carnes, vendas para o país asiático em 2020 estão perto de superar o recorde de US\$ 63,9 bilhões registrado em 2018. Importações dificilmente crescerão até o final do ano. Como consequência da pandemia, efeitos dos choques de oferta e menor demanda doméstica fizeram compras despencar em diversos setores.

Por **Tulio Cariello** *

O comércio com a China gerou superávit de US\$ 32,37 bilhões para o Brasil entre janeiro e novembro de 2020, na comparação com igual período de 2019. O valor representou 63% do saldo positivo que o Brasil obteve com todo o mundo. Os embarques destinados ao gigante asiático cresceram 9,4% no período, somando US\$ 63,2 bilhões, enquanto as importações tiveram queda de 5,6%, totalizando US\$ 30,8 bilhões.

A China foi o maior parceiro comercial do Brasil, representando 29,1% da corrente de comércio do país com o mundo, seguida pelos Estados Unidos, com participação de 12,7%, e da Argentina, com fatia de 4,5%. Dos três principais parceiros do Brasil, apenas a China ampliou as trocas comerciais, com aumento de 4%, somando US\$ 94 bilhões. As transações com americanos e argentinos tiveram queda de 25,3% e 21,5%, respectivamente.

Exportações para a China crescerão em 2020 e Brasil se aproxima de recorde histórico

Em perspectiva histórica, as exportações e importações do Brasil para a China seguiram trajetórias ascendentes quase ininterruptas desde 2016, com queda nas vendas para o país apenas entre 2018 e 2019, ainda que a variação negativa tenha sido de menos de 1%.

Para este ano, é possível que haja um novo recorde anual nas exportações para a China. O Brasil precisaria exportar pelo menos US\$ 737,6 milhões em dezembro para ultrapassar a maior marca já alcançada, de US\$ 63,9 bilhões, registrada em 2018. Esse cenário é bastante provável, já que os embarques para o país asiático nunca ficaram abaixo de US\$ 3,6 bilhões, em análise mensal, ao longo de 2020.

“

Dos três principais parceiros do Brasil, apenas a China ampliou as trocas comerciais, com aumento de 4%, somando US\$ 94 bilhões. As transações com americanos e argentinos tiveram queda de 25,3% e 21,5%, respectivamente.”

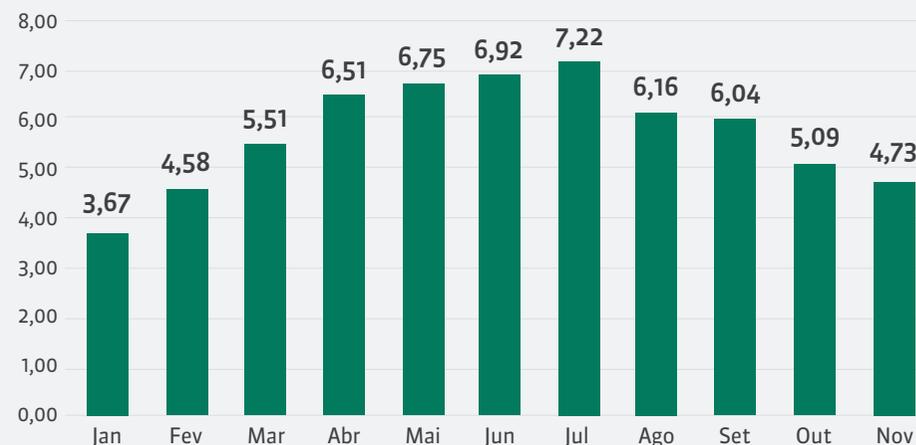
* Tulio Cariello é Diretor de Conteúdo e Pesquisa do CEBC.

GRÁFICO 1 - TRAJETÓRIAS DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A CHINA



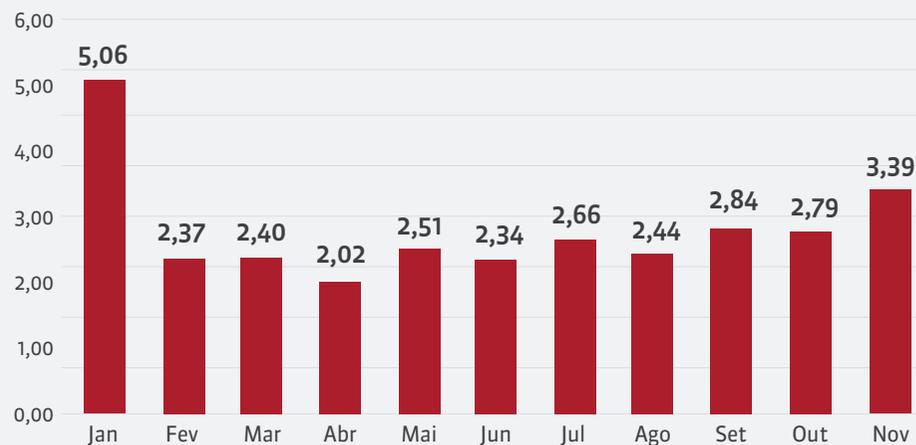
FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

GRÁFICO 2 - EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A CHINA. ANÁLISE MÊS A MÊS, 2020 (US\$ BILHÕES)



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

GRÁFICO 3 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS COM ORIGEM NA CHINA. ANÁLISE MÊS A MÊS, 2020 (US\$ BILHÕES)



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

Com recorde ou não, tudo indica que haverá expansão das exportações esse ano. No início de dezembro, faltava pouco mais de US\$ 165,5 milhões para que o valor de 2020 ultrapassasse o alcançado em 2019.

As importações, por outro lado, dificilmente bateriam o recorde de US\$ 37,34 bilhões registrado em 2014. É mais provável que as compras com origem na China tenham queda esse ano, tendo em vista que precisariam ultrapassar US\$ 4,45 bilhões em dezembro para que fiquem acima dos US\$ 35,27 bilhões verificados em 2019. Esse cenário parece pouco provável, uma vez que os desembarques vindos do país asiático ao longo de 2020

oscilaram de US\$ 2 bilhões a US\$ 3,4 bilhões, entre fevereiro e novembro, com resultado acima dessa faixa apenas em janeiro, quando os efeitos da pandemia sobre o comércio internacional ainda não eram sentidos com a intensidade dos meses seguintes.

De todo modo, é notável que as importações chegaram a US\$ 3,39 bilhões em novembro, 22% a mais do que o verificado em outubro, o que pode sinalizar o início da retomada das compras da China após os choques de oferta causados pela pandemia. O valor também supera em 31% as importações de novembro de 2019, que somaram US\$ 2,58 bilhões.

Indústria extrativa e agropecuária respondem por 78% das exportações para a China

Nos onze primeiros meses de 2020, os embarques para a China tiveram predomínio da indústria extrativa e agropecuária, com participações de 44% e 34%, respectivamente. A indústria de transformação respondeu por 21%, mas cerca de 70% das vendas do segmento se concentraram nos setores de proteína animal, celulose e açúcar.

GRÁFICO 4 - EXPORTAÇÕES PARA A CHINA POR ATIVIDADE ECONÔMICA, 2020 (US\$)¹



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX VIS) | ELABORAÇÃO: CEEC

1. A exclusão da categoria "outros produtos" faz com que a soma do gráfico apresentado tenha sido arredondada para baixo, gerando total de 99%. A categoria teve participação de apenas 0,090%, com montante de US\$ 57 milhões, e inclui basicamente resíduos vegetais e de metais não-ferrosos e sucata.



“Do lado das importações, 99,5% das compras com origem chinesa foram provenientes da indústria de transformação, com participação relevante de setores de alto valor agregado.”

Do lado das importações, 99,5% das compras com origem no país asiático foram provenientes da indústria de transformação, com participação relevante de setores de alto valor agregado. O segmento de equipamentos de telecomunicações foi o mais representativo, com fatia de 13%, enquanto outros setores não tiveram participação maior do que 6,5%, o que indica uma cesta de produtos consideravelmente diversificada.

Com fim de salvaguarda, exportação de açúcar para a China cresce 204% em 2020

Na comparação entre janeiro e novembro de 2020 e 2019, houve aumento de 204% no valor das exportações de açúcar brasileiro para o país asiático. O resultado se deve ao entendimento entre Brasília e Pequim para a retirada da salvaguarda chinesa que restringia a entrada de açúcar estrangeiro no país. De acordo com o [Canal Rural](#), o governo chinês estabelece uma cota de importação anual de 1,95 milhão de toneladas, com tarifa de 15%. Até 2017, volumes acima do estipulado pagavam imposto de 50%. Naquele ano, a China impôs salvaguardas que elevaram a alíquota a 95%, com progressão decrescente de 5% ao ano até o final do prazo. Entre maio de 2019 e maio de 2020, a barreira estava em 85%. Com o fim da salvaguarda, o volume extracota voltou a ser tributado em 50%, o que permitiu o salto no valor das exportações de açúcar à China. Com isso, o volume embarcado pelo Brasil também aumentou consideravelmente, com variação de 211%.

Nos onze primeiros meses do ano, as exportações de soja chegaram a US\$ 20,9 bilhões, valor 8% superior ao verificado no mesmo período de 2019. Houve crescimento de 10% também no volume embarcado, que atingiu cerca de 60 milhões de toneladas. Por outro lado, na comparação entre novembro de 2020 e 2019, os retornos financeiros dos carregamentos do grão caíram 75%, movimento acompanhado pela quantidade vendida, que teve o mesmo percentual de queda.

A oleaginosa respondeu por 33% dos embarques nesse período e foi o principal item da pauta de exportações do Brasil para a China, seguido de minério de ferro, com 26%, e petróleo bruto, com 17%.

As exportações de proteína animal seguiram em franca expansão e a participação do setor subiu de 6,6%, entre janeiro e novembro de 2019, para 9,4% no acumulado de 2020. Em termos de valor, as vendas de carne suína tiveram o aumento mais significativo, de 113%. As exportações de carne bovina e de aves cresceram 66% e 8%, respectivamente.

Ainda que todos os setores mais relevantes tenham incrementado suas vendas em quantidade, segmentos como petróleo bruto, pastas químicas (exceto para dissolução) e ferro-ligas tiveram quedas nos retornos financeiros de, respectivamente, 19%, 14% e 18%.

A tabela a seguir indica as variações dos principais produtos vendidos à China em 2020.

QUADRO 1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA: PRINCIPAIS PRODUTOS (JANEIRO-NOVEMBRO)

EXPORTAÇÕES	2020		2019		Var. (%) US\$	Var. (%) Ton	Participação na pauta em 2020 (US\$)	Participação na pauta em 2019 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)				
Soja, mesmo triturada	20.899	60.579	19.400	55.067	8%	10%	33%	34%
Minérios de ferro	16.363	224.073	12.531	199.718	31%	12%	26%	22%
Óleos brutos de petróleo	10.846	39.588	13.472	32.263	-19%	23%	17%	23%
Carne bovina congelada	3.626	780	2.187	414	66%	88%	6%	4%
Pastas químicas de madeira, exceto p/ dissolução	2.428	6.689	2.819	5.903	-14%	13%	3,8%	4,9%
Carne de frango	1.165	615	1.083	518	8%	19%	1,8%	1,9%
Açúcares	1.125	4.143	370	1.331	204%	211%	1,8%	0,6%
Carne Suína	1.124	455	527	220	113%	107%	1,8%	0,9%
Ferro-ligas	867	145	1.060	97	-18%	50%	1,4%	1,8%
Algodão, não cardado nem penteado	782	506	625	380	25%	33%	1,2%	1,1%
Outros	3.967	10.723	3.679	8.741	8%	23%	6,3%	6,4%

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBEC

Brasil é cada vez mais dependente das vendas para a China

A China não apenas se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, como também tem, ano após ano, aumentado sua participação na pauta de exportação nacional, tomando o lugar dos Estados Unidos e reduzindo o espaço de outros parceiros relevantes, como Argentina e países europeus.

No ano 2000, a China era o 12º destino das vendas do Brasil para o exterior, com participação de aproximadamente 2%, por meio de embarques que somaram pouco mais de US\$ 1 bilhão. Naquele momento, os Estados Unidos compraram US\$ 13,1 bilhões do país, sendo o principal destino das exportações nacionais, com fatia de 23,9%, à frente da Argentina, segundo maior comprador, que detinha participação de 11,3%.

Cerca de uma década depois, as vendas para a China chegaram a US\$ 30,7 bilhões, levando o país a aumentar sua participação para 15% na pauta, enquanto os Estados Unidos caíram para o segundo lugar e viram sua fatia despencar para 9,6% em 2010, com montante de US\$ 19,3 bilhões.

Em 2020, considerando o período entre janeiro e novembro, o país asiático aumentou ainda mais sua parcela nas exportações nacionais. Com um terço dos embarques para o mundo seguindo para portos chineses, a grande dependência brasileira em relação à China se tornou patente, enquanto os Estados Unidos mantiveram basicamente a mesma participação nas vendas do Brasil para o exterior registrada dez anos antes.

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS DESTINOS DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL (ANÁLISE POR US\$)

2000		2010		Jan-Nov 2020	
País	Participação	País	Participação	País	Participação
Estados Unidos	23,9%	China	15,2%	China	33%
Argentina	11,3%	Estados Unidos	9,6%	Estados Unidos	9,9%
Países Baixos	5,1%	Argentina	9,2%	Argentina	4%
Alemanha	4,6%	Países Baixos	5,1%	Países Baixos	3,7%
Japão	4,5%	Alemanha	4,0%	Espanha	2%
Outros	50,6%	Outros	56,9%	Outros	47,4%

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBEC



Em 2020, com um terço dos embarques para o mundo seguindo para portos chineses, a grande dependência brasileira em relação à China se tornou patente, enquanto os Estados Unidos mantiveram basicamente a mesma participação nas vendas do Brasil para o exterior registrada dez anos antes.”

A China é o principal destino de exportações de mais de 50% dos Estados brasileiros

Com o aumento da dependência brasileira das exportações para a China, houve uma mudança significativa na relação entre as unidades federativas nacionais e os principais destinos de suas vendas para o exterior.

No ano 2000, 59% dos Estados brasileiros tinham os EUA como principal comprador de suas mercadorias, enquan-

to os Países Baixos respondiam por 19% do total, seguidos por Japão e Argentina, cada um com 7%, e Venezuela e Rússia, que detinham 4% de participação individualmente. Naquele período, a China nem sequer aparecia na lista de parceiros comerciais em posição de liderança.

Duas décadas depois, o país asiático se tornou o principal destino das vendas de 56% dos Estados brasileiros, tomando o lugar dos americanos, que passaram à segunda posição, com 22% do total.

“

O país asiático se tornou o principal destino das vendas de 56% dos Estados brasileiros, tomando o lugar dos americanos, que passaram à segunda posição, com 22% do total.”

No acumulado do ano, China foi a principal origem de cinco dos dez produtos mais importados pelo Brasil

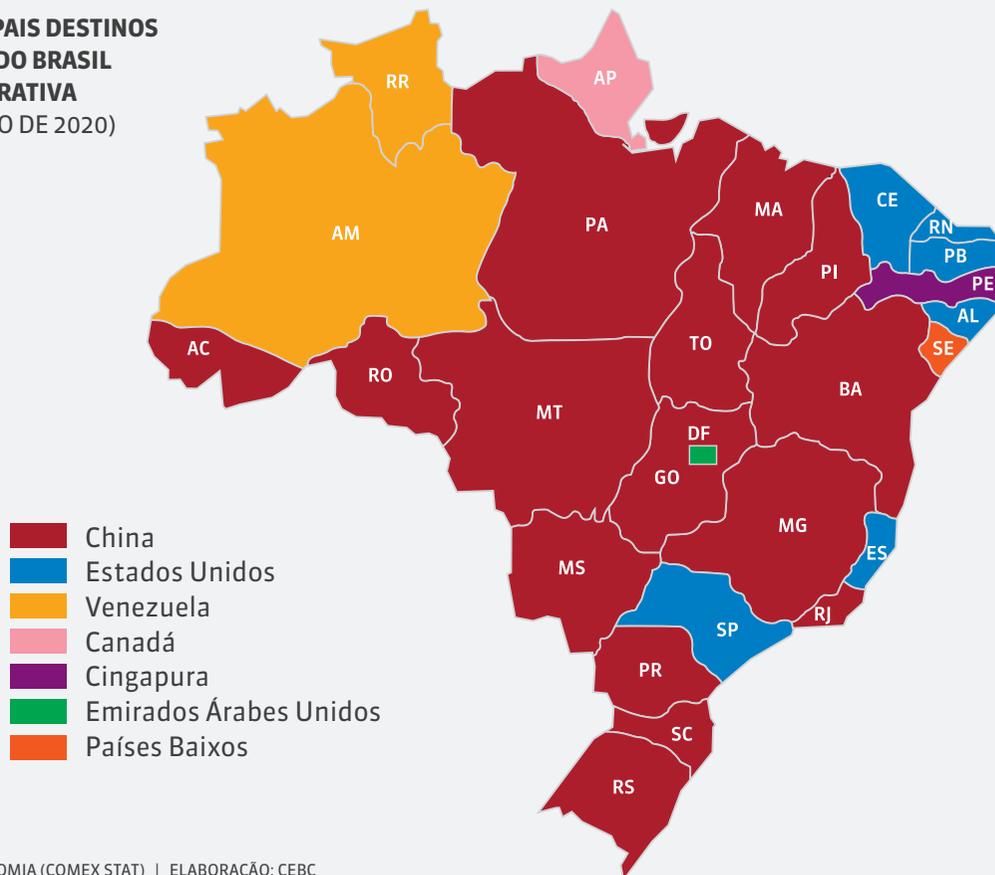
Os chineses foram os principais fornecedores de equipamentos de telecomunicações e seus acessórios, plataformas e estruturas flutuantes, válvulas e tubos termiônicos, compostos organo-inorgânicos e medicamentos e produtos farmacêuticos. No contexto dos produtos mais importados pelo Brasil, a China também esteve entre os dez principais fornecedores de fertilizantes químicos, obras de ferro ou aço e inseticidas, herbicidas e semelhantes.

Entre janeiro e novembro de 2020, considerando os principais itens importados da China, o valor das compras de medicamentos e produtos farmacêuticos foi o que mais cresceu, com variação de 71% em relação ao mesmo período de 2019. A maior queda se deu no setor de estruturas flutuantes, com variação negativa de 10,6%.

As importações da categoria “outros”, que engloba segmentos com participação individual abaixo de 2%, despencaram 10%. Esses produtos, somados, responderam por 56% das compras com origem na China.

As trajetórias dos dez produtos mais importados estão destacadas na tabela a seguir.

GRÁFICO 5 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL POR UNIDADE FEDERATIVA (JANEIRO-NOVEMBRO DE 2020)



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

QUADRO 3 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS COM ORIGEM NA CHINA: PRINCIPAIS PRODUTOS (JANEIRO-NOVEMBRO)

IMPORTAÇÕES	2020	2019	Var. (%) US\$	Participação na pauta em 2020 (US\$)	Participação na pauta em 2019 (US\$)
	US\$ (milhões)	US\$ (milhões)			
Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios	3.946	3.812	3,5%	12,8%	11,7%
Válvulas e tubos termiônicos, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores	1.969	1.979	-0,5%	6,4%	6,1%
Plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes	1.892	2.115	-10,6%	6,1%	6,5%
Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas	1.598	1.619	-1,3%	5,2%	5%
Máquinas e aparelhos elétricos	1.025	1.109	-7,5%	3,3%	3,4%
Aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos	740	804	-8%	2,4%	2,5%
Peças e acessórios (exceto estojos, capas e semelhantes) para máquinas de processamento de dados ou de escritórios	715	656	9%	2,3%	2%
Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários	627	367	71%	2%	1,1%
Máquinas de energia elétrica (exceto planta elétrica rotativa do grupo 716) e suas partes	576	561	2,6%	2%	1,7%
Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes	572	558	2,5%	2%	1,7%
Outros	17.158	19.081	-10%	56%	58%

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

Notas: 1) Os dados apresentados nesta publicação foram consultados na base de dados Comex Stat e no site do Ministério da Economia nos dias 7 e 8 de novembro de 2020. De acordo com informações do próprio Ministério, os valores podem sofrer alterações devido a atualizações da base de dados. 2) Os números de exportações, importações, saldo, corrente comercial e cálculos percentuais podem apresentar leves alterações devido a arredondamento de valores.

ASSOCIADOS DA SEÇÃO BRASILEIRA DO CEBC

